

# Língua nacional e pontos de subjetivação

Bethania Mariani<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Departamento de Ciências da Linguagem – Instituto de Letras – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói – RJ – Brasil.

bmariani@terra.com.br

**Resumé.** *L'objectif de cet article c'est proposer une discussion à propos de la constitution de la langue nationale et les processus d'identification du sujet.*

**Mots-clé.** *langue nationale, sujet, identification.*

**Resumo.** *O objetivo deste artigo é discutir a constituição da língua nacional e os processos de identificação do sujeito.*

**Palavras-chave.** *língua nacional, sujeito, identificação.*

## 1. Língua como objeto simbólico

Se observarmos como pano de fundo a sociedade brasileira da atualidade, podemos supor que a língua nacional não representa um de seus mais contundentes problemas. No entanto, é suficiente uma rápida leitura sobre acontecimentos culturais, políticos e literários marcantes na formação histórica do Brasil como Nação e como Estado para assinalarmos que questões sobre as línguas, moldando direções de sentidos na constituição de versões de uma identidade lingüística e de um nacionalismo lingüístico, sempre estiveram fortemente presentes e de variadas maneiras, desde há muito tempo. Refiro-me aqui, por exemplo, tanto a acontecimentos coloniais, no século XVIII, como os conflitos lingüísticos em torno da língua geral e a necessidade do silenciamento dessa língua através do Diretório dos Índios, como também às deliberações que tomavam os acadêmicos das Academias dos Felizes e da dos Renascidos sobre as línguas que deveriam ser usadas para contar a história de Portugal e do Brasil. Acontecimentos posteriores à Independência e à Proclamação da República, como as discussões na Assembléia Constituinte de 1823 sobre o nome da língua falada no Brasil independente, as férreas disputas entre José de Alencar e puristas sobre como falar o português no Brasil, o surgimento das primeiras gramáticas brasileiras, inaugurando um lugar de autoria, a fundação da ABL e o início de uma sistemática administração da ortografia, a política lingüística de Vargas durante a II Guerra, ou, ainda, as recentes polêmicas em torno do projeto de lei do deputado Aldo Rebelo, enfim, esses e tantos outros acontecimentos que, direta ou indiretamente funcionam como políticas de língua,<sup>1</sup> exemplificam como a questão da Língua não está separada da constituição da sociedade nacional, e do modo como o Estado constrói simbolicamente esse nacional.

O incessante retorno de problematizações políticas e acadêmicas sobre questões lingüísticas, bem como a permanência de um certo imaginário carregado de enunciados preconceituosos sobre a maneira como o brasileiro fala sua língua, permite a formulação de uma pergunta: isso não seria sintoma do fato de que ainda sofremos os efeitos de um

irrealizado e irrepresentável nacionalismo lingüístico? A identidade da língua nacional permanece como alvo de projeções políticas e acadêmico-literárias que, ao sabor ou contra os domínios de saber historicamente constituídos, que além de determinar o que pode e deve ser dito também prescrevem como deve ser dito. São projeções que, tomando a língua como objeto simbólico da nação, fazem consistir a língua nacional de acordo com predicções que a qualificam “sendo isso ou aquilo” ou que a caracterizam como “tendo isso ou aquilo”. E, enquanto políticos e acadêmicos tentam determinar essa língua imaginária que daria conta de uma unidade e uma identidade nacional, na língua fluida, ou seja, no cotidiano discursivo dos efeitos de sentidos, convivem fatos linguageiros complexos e contraditórios que trazem, simultaneamente, uma memória e uma diversidade, modificando e singularizando o modo do brasileiro falar sua língua.

Lembremos que incompletude é condição da linguagem, pois nem tudo pode ser dito, há sempre palavras por dizer. Algo escapa ao simbólico e isso que escapa ao simbólico, ficando na ordem do indizível, é o que chamamos de real da língua. Há real: há pontos de impossível determinando o que não pode não ser dito de outra maneira. É porque há real, algo que escapa ao simbólico, que nos deparamos com a falha na cadeia significante e com seus efeitos, ou seja, os deslizamentos de sentidos, os equívocos, os atos falhos.

Por isso, a cada movimento político em direção a uma predicação a ser atribuída à Língua Portuguesa, movimentos que buscam uma completude e que, na tentativa de representar e fixar uma identidade, incluem discursos de interdição — o que e como a língua nacional não pode *ser*, sob o risco de não *ter* a desejada unidade ou não conseguir expressar uma língua brasileira ou um português-brasileiro com um almejado prestígio internacional —, pontos de um impossível retornam, afinal, “tudo não pode ser dito” e uma língua, qualquer língua, tem um “núcleo que suporta sua unicidade e sua distinção (...) o não idêntico a si (...) onde todo falante, como tal, se coloca.” (Milner, 1987, p. 12).<sup>2</sup>

## 2. Tensões e contradições

A partir dessas considerações, penso sempre na tensão de muitos brasileiros frente à sua própria língua, ou melhor, a chamada língua nacional. O que está em jogo, em termos dos processos de identificação, quando um brasileiro diz: “não sei falar português direito”?

Lembremos aqui, junto com Guimarães, língua nacional é “a língua do povo de uma nação enquanto relacionada com um Estado politicamente constituído. A língua nacional é por isso vista como a língua oficial de um país. Ter uma língua como própria de um país funciona como um elemento de sua identidade política e cultural.”<sup>3</sup> Para funcionar produzindo identidade desse modo, língua nacional e nação estão em uma relação especular e de unidade imaginária. Uma e outra são imaginarizadas em uma homogeneidade política necessária que apaga a heterogeneidade historicamente constitutiva dos seus processos de constituição. Retomando Guimarães, “esta não coincidência entre a língua no seu funcionamento real e a unidade imaginária da língua em geral opera a partir da identificação de uma das variedades de língua que passa a funcionar como *a língua*. Em geral é tomada como *a língua* a língua escrita pelas pessoas de alta escolaridade e a língua falada também por estas pessoas em situações formais. Esta variedade da língua passa a funcionar assim como modelo e leva a que as

outras variedades de língua ou formas delas sejam consideradas como erradas. A noção de erro em língua é deste modo uma noção que opera uma hierarquização social das relações entre variedades existentes da língua. A noção de erro é assim uma noção constituída pelas relações de poder envolvidas nas relações de línguas.”<sup>4</sup>

Assim, podemos nos perguntar se, nos enunciados daqueles que dizem não saber falar “sua própria língua”, não estaria em jogo uma contra-identificação do brasileiro com a imagem de uma língua que não é aquela por ele falada?

Afinal, esse tipo de enunciado é sintoma de quê? Como nesse enunciado pode se encontrar uma espantosa mistura de absurdo e evidência? Absurdo porque podemos nos perguntar: como é possível alguém dizer que não sabe falar sua própria língua nacional? E evidência em dizer que mal fala essa língua? Interessa, portanto, em relação a que Língua, como e porque para esses sujeitos pode ser “evidente” que ele mal fala ou fala mal português... É disso que vou falar retomando aspectos teóricos das frentes de trabalho mencionadas.

### **3. Sujeito, identidade, ideologia**

Ao fundar a Análise do Discurso, Pêcheux parte de uma crítica ao estado das ciências humanas e sociais nos anos 60 para estabelecer o discurso como objeto de uma disciplina de entremeio, cujo objetivo maior é estabelecer uma reflexão sobre sujeito e sobre funcionamentos lingüístico-históricos. À Análise do Discurso interessa a compreensão sobre o modo de produção dos sentidos.

A análise do discurso, tal como foi teorizada por M. Pêcheux na França nos anos 60, e reterritorializada por E. Orlandi no Brasil, integra em sua formalização epistemológica os seguintes campos do saber: uma teoria das formações sociais e suas transformações, uma teoria não subjetiva da enunciação, uma teoria do discurso enquanto teorizada dos processos semânticos. Esses três campos, segundo Pêcheux, são atravessados por uma teoria do sujeito de base lacaniana.

Quando se lê análise do discurso, depreende-se de imediato uma crítica à evidência da “existência espontânea do sujeito”, ou seja, o sujeito “como único, insubstituível e idêntico a si mesmo (...) participante do teatro da consciência” que se marca por um “eu vejo, eu penso, eu falo, eu sou” (Pêcheux, 1988 [1975], p. 153, 154). Critica-se, portanto, a evidência do sujeito do humanismo, aquele concebido como portador onipotente de uma consciência e de uma autonomia que se manifesta em intenções, vontades e escolhas; um sujeito portador de uma unidade sob a forma de uma identidade própria, homogênea, estável. Apaga-se o fato de que falar do sujeito é falar de processos lingüísticos e histórico-ideológicos que fundam essa evidência. Ao criticar essa visada filosófica do sujeito do humanismo, a análise do discurso coloca em questão a forma-sujeito produzida pelo sujeito-de-direito do capitalismo.

Do ponto de vista discursivo, o sujeito é constituído pelo esquecimento daquilo que o determina, ou seja, esquece, não se dá conta de sua constituição por um processo do significante na interpelação ideológica e na identificação imaginária. Para a AD, falar do sujeito é falar de efeito de linguagem; sujeito enquanto um ser de linguagem que foi falado antes de falar, o que implica considerar que o sujeito não é origem do dizer e nem controla tudo o que diz. Citando Lacan - “só há causa daquilo que falha” - Pêcheux dirá que a categoria de sujeito da análise do discurso deve considerar essa causa [do que falha], na medida em que ela se “manifesta” incessantemente e sob mil

formas (o lapso, o ato falho, etc) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”.

Grande parte do projeto teórico da AD foi e ainda é o de trabalhar conceitualmente o fato de que inconsciente e ideologia encontram-se materialmente ligados na ordem da língua. Pêcheux irá particularizar essa relação dizendo que “a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente.” (Pêcheux, 1988, p. 301)

Há marcas de subjetividade inscritas no dizer, marcas que assinalam, simultaneamente, traços do registro inconsciente e do assujeitamento ideológico. O sujeito, no entanto, não se percebe nesse dizer, não se percebe constituído, preso a essa rede de significantes que o constituiu. A psicanálise lacaniana e também o materialismo histórico althusseriano apontam para isso, para o fato de que estamos aprisionados ao campo da linguagem e às evidências que nele se constituem: a evidência de que somos sempre-já sujeitos e a evidência da transparência e literalidade dos sentidos.

Façamos algumas breves retomadas de Lacan que dizem respeito à AD e contribuem para essas questões que venho trabalhando.

Em termos da psicanálise, o que se tem é uma anterioridade do significante produzindo a inscrição do sujeito no campo da linguagem, em outras palavras, o que se tem é uma dependência do sujeito ao significante. Diz Lacan: “O mundo humano, o mundo que conhecemos, no qual vivemos, no meio do qual nos orientamos, e sem o qual não podemos absolutamente nos orientar, não implica somente a existência das significações, mas a ordem do significante.” (Lacan, 1998, p. 216)

E essa ordem dos significantes tem uma autonomia e leis próprias (Lacan, *idem*, p. 225), leis de funcionamento que podem ser depreendidas quando separamos radicalmente, à maneira de Lacan, em sua releitura do signo saussureano, o significante do significado. Para melhor compreender esse funcionamento, podemos pensar no exemplo dado por Saussure. Dada uma imagem acústica como “Eu aprendo” pode-se depreender duas significações possíveis apenas se se leva em consideração o descolamento entre significante e significado: ‘eu aprendo’ e ‘eu a prendo’.

O significante, em si, não tem significação. O que irá delimitar os possíveis sentidos é sua relação – opositiva, diferencial, negativa - com signos lingüísticos circunscritos na cadeia falada. Do ponto de vista de Lacan, revendo as teses saussurianas, o que importa na cadeia da fala é um correr superposto de dois fluxos: o fluxo dos significantes e o fluxo dos significados, sendo que “o significante, por sua natureza, sempre se antecipa ao sentido.” (Lacan, *op. cit.*, p. 505-506)

Lacan chama de *ponto-de-estofa* o momento em que um significante se associa ao significado: uma espécie de enlaçamento, de colchete, de amarração. E esse movimento de colchete se dá por efeito retroativo: “um signo faz sentido retroativamente na medida em que a significação de uma mensagem só advém ao final de sua própria articulação significante.” (Lacan, 1985, p. 256) O significante, portanto, é um elemento-guia e impõe uma articulação, uma ordem, uma sintaxe. E para se perceber isso é necessário, segundo Lacan, a “dissolução do vínculo da significação intencional com o aparelho do significante (...) e a dissolução do vínculo interno do significante.” (Lacan, *idem*, p. 256)

Se para a psicanálise importa trabalhar com esse estado de mobilidade constante dos significantes, para assim compreender como determinados sentidos são fixados para um sujeito, podemos reterritorializar em termos discursivos, com a ajuda de Zizeck, da seguinte maneira: “o ponto de estofa é [sim] o ponto através do qual o sujeito é costurado ao significante e, ao mesmo tempo, é o ponto que interpela o indivíduo como sujeito, dirigindo-se a ele através de um certo significante-mestre. (...) numa palavra, é o ponto de subjetivação da cadeia significante” (Zizek, 1992, p. 100)

Zizeck, como podemos notar, se vale de uma formulação althusseriana - a ideologia interpela o indivíduo em sujeito - e assim enlaça o funcionamento da ideologia aí no funcionamento do significante. Mas ele faz isso trabalhando de modo muito específico a questão dos Aparelhos de Estado e da interpelação ideológica. Diz Zizeck: “... essa ‘máquina’ externa dos aparelhos de Estado só exerce sua força na medida em que é vivenciada, na economia inconsciente do sujeito, como uma injunção traumática e sem sentido.” Assim, seguindo com Zizeck, a internalização simbólica do ideológico (a questão das evidências) “...nunca tem pleno sucesso, há sempre um resíduo, um resto, uma mancha de irracionalidade e de absurdo traumáticos que se agarra a ela, e que esse resto, longe de prejudicar a plena submissão do sujeito à ordem ideológica, é a própria condição dela: é precisamente esse excedente não integrado de trauma sem sentido que confere à Lei sua autoridade condicional (...) (Zizeck, 1996, p. 321)

Ora, importa nesse processo de subjetivação os efeitos produzidos em termos da constituição de evidências. E eu repito: a evidência de que somos sempre-já sujeitos e a evidência dos sentidos ancorada em uma idéia de transparência da linguagem.

Discursivamente, podemos pensar, então, em termos de um ponto-de-estofa histórico-ideológico: alguns sentidos são fixados historicamente. O analista de discurso se pergunta: quais os sentidos que são fixados, costurados na cadeia significante (detendo o deslizar incessante) em um determinado momento histórico, em uma determinada formação social? Por que são esses e não outros? Como se organizam esses processos de significação? E os outros sentidos? Aqueles que não se encontram submetidos ao efeito de naturalização? Os sentidos hegemônicos e os demais, aqueles que não foram fixados, não são imunes à memória constitutiva dessa mesma formação social, uma memória não estabilizada, com pontos de falha, de recalque, por mais que essa memória seja administrada e domesticada pelas instâncias jurídico-políticas de poder.

O analista de discurso não põe no divã o sujeito, isso cabe à psicanálise fazer. Sabendo que os sentidos só se dão em relação, que não existem presos às palavras, o que o analista do discurso faz é interrogar, criticar, questionar a produção de evidências nos processos de constituição dos sentidos. Ou ainda: questiona o processo histórico que naturaliza, torna óbvio que UM determinado sentido só pode ser aquele. Há que se compreender, então, qual a relação, em uma formação social, dos aparelhos de Estado na constituição das formas de subjetivação e na produção das evidências dos sentidos.

Volto, então, ao enunciado que citei no início desse texto. De que modo ganhou consistência, tornou-se natural e óbvio para o sujeito que ele não sabe falar sua língua sua língua nacional? Como é que se dá isso: a língua que, ao mesmo tempo, constitui subjetividade e aparece para o sujeito como estranha, distante dele? Como se dá o teatro da consciência em termos da língua nacional?

Bem, não pretendo trazer respostas, mas enquanto analista de discurso e pesquisadora no projeto HIL, busco pensar em outras regiões dos processos de produção de sentidos que me ajudem a explicar essa mistura entre absurdo e evidência. Trago, portanto, pistas para pensarmos.

#### 4. Apenas pistas

Relembro que, embora a enunciação pareça um ato de vontade pessoal, no qual se daria um exercício de origem e controle do dizer, do ponto de vista discursivo (e também psicanalítico), todo e qualquer dizer está previamente inserido e relacionado a outros dizeres, mas isso não é visível para o sujeito ao tomar a palavra. E é por isso que não há garantias absoluta de uma estabilização permanente na política de sentidos que se organiza nas línguas e que, impondo-se historicamente, mostra-se naturalizada para as práticas sociais que regulam os usos lingüísticos.

Uma política de línguas, com seus aparelhos jurídicos, não tem como assegurar uma regulação totalizante para os dizeres. Assim, muitas vezes, à revelia das instituições gerenciadoras do que se pode e se deve dizer, diferentes sentidos se instauram, promovendo ou não rupturas, fazendo sentidos migrarem de um domínio de significação para outro ou, ainda, resignificando sentidos aparentemente já estabilizados nos espaços de enunciação. Relembro, aqui, que a memória é não toda, embora não raramente produza efeitos de completude.

Payer (2006), teorizando exatamente a questão da memória da língua, coloca a questão de modo muito interessante ao afirmar que “enquanto sujeitos de linguagem, somos colocados constantemente em condições de re-produzir discursos, com suas memórias próprias: palavras de ordem, repertórios, palavras simplesmente, sintaxes, modos de dizer etc., dando-nos conta ou não das memórias que estes carregam e/ou desencadeiam nos outros.” (Payer, 2006, p. 13) E, indo além, a autora chama a atenção para a “memória *na* língua, isto é, para o modo como os sentidos produzidos e sustentados socialmente, pela repetição, se encontram nisto que chamamos de língua já em seus elementos mínimos.” Deste modo, continua a autora, é possível compreender “que o modo como uma sociedade, um povo, produz sentidos historicamente encontra-se marcado em sua linguagem, no modo como ele fala a ‘sua’ língua, ou melhor, **a língua que lhe é dado falar por sua história**. Assim, a língua é tomada como parte da história, e a história significa *com a, através da* língua” (Payer, *op. cit.*, p. 39, grifo nosso)

Deixo, à guisa de fechamento dessa minha apresentação, uma pergunta: que apagamentos constitutivos da memória histórica da língua portuguesa no Brasil permitem a produção desse efeito de que o brasileiro não sabe falar a sua própria língua?

#### Notas

<sup>1</sup>Adotamos como Orlandi (2002, p. 94) as expressões ‘política de línguas’ e ‘política lingüística’ como equivalentes. Sinalizamos, também, o uso de ‘política de línguas’ em Pêcheux ([1981], 2004).

<sup>2</sup>Milner faz menção à alíngua (lalangue), termo cunhado por J. Lacan.

<sup>3</sup>Cf. Guimarães [http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua\\_nacional.htm](http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_nacional.htm). Acesso em: set. 2007.

<sup>4</sup> Guimarães, *idem*

### Referências

GUIMARÃES, Eduardo. *Enciclopédia de línguas*. [http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua\\_nacional.htm](http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_nacional.htm). Acesso em: set. 2007.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

MILNER, Jacques-Alain. *O amor da língua*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1987.

PAYER, Onice. *Memória da língua; imigração e nacionalidade*. São Paulo: Ed. Escuta, 2006.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso; uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988 [1975].

ORLANDI, Eni. *Língua e conhecimento lingüístico; para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

ZIZEK, Slavoj (Org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

\_\_\_\_\_. *Eles não sabem o que fazem; o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

